

DIREITO CIVIL E PROCESSO CIVIL

1ª PARTE: PEÇA PROFISSIONAL

Maria Helena Cardoso, médica, residente e domiciliada em Mantena - MG, comparece a seu escritório, relatando que o jornal “ Diário Popular”, com sede em Belo Horizonte, de grande circulação em todo o Estado de Minas Gerais, no dia 30 de dezembro de 2002, publicou notícia de que ela realizou cirurgia com imperícia, praticando grosseiro erro médico, do qual resultou a morte do paciente.

Constou da referida notícia que a cirurgia foi realizada no estômago do paciente, quando, na verdade, era no pulmão que deveria ter sido feita a intervenção.

Contudo, a notícia publicada era inteiramente falsa, pois a operação infeliz foi feita por outro cirurgião.

Em decorrência da publicação, a médica teve o movimento de seu consultório e de suas cirurgias reduzido pela metade e foram cancelados os 03 (três) convênios médicos a que ela atendia.

Além disso, ela sofreu aborrecimentos graves e variados, em razão do impacto negativo da notícia sobre seu conceito profissional.

Redija a petição inicial adequada à defesa de seus direitos, na área Cível, usando os dados acima e criando outros, se necessários.

DIREITO CIVIL E PROCESSO CIVIL

2ª PARTE: QUESTÕES PRÁTICAS

Questão 01

Seu cliente lhe apresenta, para exame, um contrato de locação de imóvel, com prazo de 08 (oito) anos, sendo locadores e proprietários Antônio e Josefa, casados no regime de comunhão universal.

O contrato traz tão somente a assinatura do marido, o qual tem apenas 17 anos de idade.

O contrato é válido? Fundamentar a resposta.

Questão 02

Em ação de responsabilidade civil (indenização), **Joana** pediu a condenação de **Joaquim** em quantia certa, não incluindo pedidos de lucros cessantes, correção monetária, juros e , tampouco, pediu a condenação do réu no pagamento de custas e honorários advocatícios.

Pergunta-se:

Pode o Juiz, mesmo assim, julgando procedente a pretensão da autora, incluir na condenação os lucros cessantes, correção monetária, juros e ônus sucumbências? Cabe algum recurso contra tal inclusão? Fundamentar.

Questão 03

Frederico quer alienar um imóvel pertencente a um sobrinho de 12 anos de quem ele é tutor. Que exigências devem ser cumpridas e quais as formalidades devem ser observadas para tanto? Fundamentar.

BOA PROVA!
EXAME DE ORDEM
AGOSTO / 2003
2ª ETAPA
ÁREA: DIREITO PENAL E PROCESSO PENAL

SÓ ABRA QUANDO AUTORIZADO.

1 - Este caderno contém a **Prova Prático - Profissional**, composta de duas partes:

1ª Parte: Redação de peça profissional.
Valor: **5,0 (cinco) pontos**

2ª Parte: Resposta a 03 (três) questões práticas.

Valores: Questão 01:**2,0 (dois) pontos.**

Questão 02: **1,5 (um e meio)**

pontos.

Questão 03:**1,5 (um e**

meio) pontos.

2 - Leia cuidadosamente cada questão proposta e faça o que lhe é solicitado, **A TINTA - azul ou preta** - nas folhas pautadas anexas.

3 - **NÃO SE IDENTIFIQUE - COM O NOME OU NÚMERO DA OAB - EM NENHUMA DAS PÁGINAS DESTE CADERNO NEM DAS FOLHAS PAUTADAS PARA RESPOSTA.**

A prova que apresentar **qualquer sinal** ou contiver **expressão** que possibilite a **identificação** do candidato **será anulada** e a ela será atribuída a nota **0 (zero).**

4 - Será permitida a consulta a legislação, livros de doutrinas e repertório de jurisprudência, vedada, porém, a utilização de obras que contenham formulários e modelos de peças profissionais, caderno de notas e apostilas, livros de pergunta e respostas, bem como xerox de qualquer natureza.

FAÇA LETRA LEGÍVEL.

DURAÇÃO DA PROVA: CINCO HORAS

DIREITO PENAL E PROCESSO PENAL

1ª PARTE: PEÇA PROFISSIONAL

“José da Silva foi preso em flagrante, em 15 (quinze) de outubro de 1998, sendo indiciado pela prática, em tese, do delito previsto no artigo 12, da Lei 6368/76. Sendo menor de 21 anos no dia do fato, não lhe foi nomeado curador para acompanhamento do flagrante. Diante disso, após o ingresso de *habeas corpus*, foi considerada nula a prisão e colocado o acusado em liberdade na data de 05 (cinco) de novembro de 1998.

Após oferecimento e recebimento da denúncia, bem como regular instrução

processual, foi condenado à pena de 4 anos de reclusão, em regime fechado, pelo cometimento do crime estampado no artigo 12, da Lei 6368/76, sendo mantida a sanção após o julgamento dos recursos interpostos pela Defesa. Transitada em julgada a decisão judicial em grau recursal, em 14 (quatorze) de outubro de 2002, retornou o processo para a Vara de origem, sendo expedido o mandado de prisão em 06 (seis) de novembro de 2002.”

Tendo a família do condenado comparecido ao seu Escritório de Advocacia, buscando a manutenção DEFINITIVA da liberdade de José da Silva, formule um *habeas corpus* para o Tribunal Competente. (05 pontos)

DIREITO PENAL E PROCESSO PENAL

2ª PARTE: QUESTÕES PRÁTICAS

Questão 01

Em audiência de instrução e julgamento realizada no dia 18 de junho de 2003, uma quarta-feira, na Vara Especializada de Tóxicos da Comarca de Belo Horizonte - MG, Reginaldo, foi sentenciado por infringência ao artigo 12 da Lei 6.368/76 c/c art. 10 da Lei 9.437/97 a 6 (seis) anos e 4 (quatro) meses de reclusão em regime integralmente fechado. Da sentença foi intimado no mesmo dia e quer recorrer.

Sabendo que no dia 19 não houve expediente forense em virtude de feriado, responda: qual o recurso deve ser aplicado ao caso, para qual Tribunal e qual o último dia para sua interposição? (02 pontos)

Questão 02

Cabe Juízo de Retratação no Agravo a Execução? Fundamente. (1,5 pontos)

Questão 03

É possível a progressão de regime de cumprimento de pena para os condenados por crimes hediondos e assemelhados? Fundamente. (1,5 pontos)

BOA PROVA!

**EXAME DE ORDEM
AGOSTO / 2003
2ª ETAPA
ÁREA: DIREITO DO TRABALHO**

SÓ ABRA QUANDO AUTORIZADO.

1 - Este caderno contém a **Prova Prático - Profissional**, composta de duas partes:

1ª Parte: Redação de peça profissional.

Valor: **5,0 (cinco) pontos**

2ª Parte: Resposta a 05 (cinco) questões práticas.

Valores: Questão 01: **01 (um) ponto.**

Questão 02: **01 (um)**

ponto.

Questão 03: **01 (um)**

ponto.

Questão 04:..... **01 (um) ponto.**

Questão 05:..... **01 (um)**

ponto.

2 - Leia cuidadosamente cada questão proposta e faça o que lhe é solicitado, **A TINTA - azul ou preta** - nas folhas pautadas anexas.

3 - **NÃO SE IDENTIFIQUE - COM O NOME OU NÚMERO DA OAB - EM NENHUMA DAS PÁGINAS DESTE CADERNO NEM DAS FOLHAS PAUTADAS PARA RESPOSTA.**

A prova que apresentar **qualquer sinal** ou contiver **expressão** que possibilite a **identificação** do candidato **será anulada** e a ela será atribuída a nota **0 (zero).**

4 - Será permitida a consulta a legislação, livros de doutrinas e repertório de

jurisprudência, vedada, porém, a utilização de obras que contenham formulários e modelos de peças profissionais, caderno de notas e apostilas, livros de pergunta e respostas, bem como xerox de qualquer natureza.

FAÇA LETRA LEGÍVEL.

DURAÇÃO DA PROVA: CINCO HORAS

DIREITO DO TRABALHO

1ª PARTE: PEÇA PROFISSIONAL

DADOS PARA PROPOSITURA DE UMA PETIÇÃO INICIAL DE UMA RECLAMAÇÃO TRABALHISTA.

Você foi procurado em seu escritório localizado na Rua Albita, nº 135, Bairro Cruzeiro, em Belo Horizonte/MG, CEP 30310-160, pelo Sr. José Ferreira da Silva, para tomar as providências legais perante o judiciário, visando a reparação dos direitos que supostamente foram lesados durante seu contrato de emprego mantido com a empresa “Combustível Cardeal Ltda.” portadora do CGC-18.209.670/0001-67. Proprietária do Posto de Gasolina localizado na Rua Rio Mantiqueira, nº 3.277, no Bairro Riacho, em Contagem/MG, CEP 32280-210.

Informou-lhe o Sr. José, que tem 28 anos de idade foi contratado e começou a trabalhar, em 01/08/2002, para referida empresa, como frentista, no Posto de Gasolina anteriormente informado, abastecendo de gasolina os veículos automotores de clientes que procuravam o referido Posto. Que na sua Carteira de Trabalho e Previdência Social de nº CTPS nº 23311, série 0029, foi anotado pelo empregador o contrato de experiência de 60 (sessenta) dias com início em 01/08/2002, podendo ser prorrogado por mais 60 dias.

Que terminados os primeiros 60 dias, seu contrato foi prorrogado por mais 60 dias, que venceu em 28/11/02, quando o empregador lhe informou, que não tinha mais interesse em continuar com a relação de emprego e que estava terminando o contrato de trabalho, não precisando mais do Sr. José para laborar, efetuando a anotação da data de saída na CTPS.

Que à época da prestação de serviços, morava próximo à empresa e como utilizava-se de uma bicicleta para chegar ao local de trabalho, informou ao empregador, que não queria receber vale-transporte, tendo inclusive assinado e entregue um documento neste sentido.

Que o empregador lhe pagava somente o salário base de R\$240,00;

Que o último salário recebido foi o do mês de outubro de 2002.

Que trabalhava de segunda a sexta-feiras de 08:00 às 17:00 horas, com uma hora de intervalo para refeição e aos sábados de 08:00 às 12:00 horas, gozando folga semanal aos domingos.

Que até a data de hoje, o empregador não fez o pagamento das verbas rescisórias, embora o Sr. José tenha ido a empresa várias vezes na tentativa de receber;

Que procurou o seu sindicato profissional e lhe informaram que no período em que manteve contrato de emprego, não existia nenhuma convenção ou acordo coletivo de trabalho em vigor, celebrados entre o sindicato da categoria profissional e o sindicato da categoria econômica, ou com o empregador, respectivamente. Que também não havia nenhum processo de dissídio coletivo de natureza econômica ajuizado pelos sindicatos representativos das partes ou pelo empregador, referente a tal período.

Que não foi instalada nenhuma Câmara de Conciliação Prévia na forma da Lei nº 9.958/00, na base territorial do sindicato profissional a que pertence.

Que tinha um outro empregado da empresa, de nome “Aquinos Folgado”, que foi admitido na empresa em 01/09/2001, que laborava como frentista no mesmo posto de gasolina e que recebia R\$360,00 mensais de salário.

Que o Sr. José Ferreira da Silva, nasceu no Brasil e atualmente está morando com sua esposa, na Av. Rio Branco, nº 1280, no Centro, em Bocaiúva/MG, CEP 39390-000 e que o número do seu CPF é 518.186.616-87 e da sua Carteira de Identidade é M-3.747.611, expedida pela SSP/MG.

Que o Sr. José, continua desempregado e não tem dinheiro para pagar as eventuais custas do processo sem prejuízo do seu sustento e de sua família. Que foram efetuados os depósitos de FGTS dos salários pagos dos meses de agosto, setembro e outubro/2002.

Diante de tais fatos, redija a peça processual que entende cabível, para atender os interesses do Sr. José Ferreira da Silva.

DIREITO DO TRABALHO

2ª PARTE: QUESTÕES PRÁTICAS

Questão 01

A União Federal após o processo legal de licitação, contratou os serviços de faxina para uma de suas unidades. A empresa contratada dispensou vários empregados e não efetuou o pagamento das verbas rescisórias, alegando insuficiência de caixa. Os ex-empregados comprovaram o descumprimento das obrigações por parte da empresa de prestação de serviços e incluíram a União no polo passivo da ação, pretendendo sua condenação pela responsabilidade subsidiária dos seus créditos. Está correta ou não a pretensão deduzida em Juízo ? A União responde, subsidiariamente, pelos créditos dos ex-empregados? Justifique.

Questão 02

Quais as alterações introduzidas pela Lei nº 9.601, de 12 de janeiro de 1998, no regime do contrato por prazo determinado (provisório) regido pela CLT?

Questão 03

A empresa SOLA FORTE S/A, produtora de calçados, com sede na cidade de Varginha - MG, firmou Acordo Coletivo de Trabalho com o Sindicato dos Empregados em Empresas Calçadistas de Varginha - MG prevendo, dentre outras cláusulas, a concessão de reajuste salarial da ordem de 22% (vinte e dois por cento) a partir de 1º de agosto de 2003. Ocorre que a Federação Estadual dos Trabalhadores em Empresas Calçadistas de Minas Gerais firmou Convenção Coletiva de Trabalho com a Federação patronal representativa da empresa SOLA FORTE, estabelecendo reajuste salarial da ordem de 14% (quatorze por cento), também a partir de 1º de agosto de 2003. A empresa alegou que a Federação tem maior abrangência que o sindicato profissional, assim como a Convenção Coletiva se sobrepõe ao Acordo Coletivo, em decorrência da teoria do conglobamento, razão pela qual, as normas estabelecidas em seus instrumentos, no caso, a Convenção Coletiva de Trabalho, deve prevalecer. Tem razão a empresa? Justifique.

Questão 04

Beringelo Cunha Lima, morava com seus pais, desde criança, na fazenda do Coronel Sol da Dona Faria, situada na Zona Rural de Juiz de Fora. Os pais de Beringelo sempre trabalharam para o fazendeiro mas, Beringelo não. Seus pais queriam que ele fosse estudar na cidade grande. O fazendeiro, atendendo a vontade de seus empregados, levou Beringelo

para a cidade de Juiz de Fora quando este completou 18 anos de idade. Beringelo, para poder morar na casa do Coronel Sol e receber um valor equivalente às despesas com seus estudos, deveria cuidar, sozinho, da horta da casa do Coronel em Juiz de Fora que, por sua vez, produzia o necessário para abastecer, diariamente, o mercado municipal da cidade com verduras e tubérculos.

Os valores das verduras e dos tubérculos sempre foram ditados pelo Coronel Sol, assim como a não utilização de agrotóxicos. Qual é a relação de trabalho existente entre Beringelo e o Coronel Sol? Qual é o enquadramento desta relação? Justifique sua resposta aduzindo sobre o preenchimento, ou não, dos requisitos desta relação, analisando cada um deles.

Questão 5

À luz das normas trabalhistas consolidadas, qual o tratamento previsto para o réu revel no que se refere as intimações / notificações dos atos praticados no processo?

Boa Prova!

**EXAME DE ORDEM
AGOSTO / 2003
2ª ETAPA
ÁREA: DIREITO ADMINISTRATIVO**

SÓ ABRA QUANDO AUTORIZADO.

1 - Este caderno contém a **Prova Prático - Profissional**, composta de duas partes:

1ª Parte: Redação de peça profissional.
Valor: **5,0 (cinco) pontos**

2ª Parte: Resposta a 02 (duas) questões práticas.

Valores: Questão 01: **2,5 (dois e meio) pontos.**

Questão 02: **2,5 (dois e meio)**

pontos.

2 - Leia cuidadosamente cada questão proposta e faça o que lhe é solicitado, **A TINTA - azul ou preta** - nas folhas pautadas anexas.

3 - **NÃO SE IDENTIFIQUE - COM O NOME OU NÚMERO DA OAB - EM NENHUMA DAS PÁGINAS DESTE CADERNO NEM DAS FOLHAS PAUTADAS PARA RESPOSTA.**

A prova que apresentar **qualquer sinal** ou contiver **expressão** que possibilite a **identificação** do candidato **será anulada** e a ela será atribuída a nota **0 (zero).**

4 - Será permitida a consulta a legislação, livros de doutrinas e repertório de jurisprudência, vedada, porém, a utilização de obras que contenham formulários e modelos de peças profissionais, caderno de notas e apostilas, livros de pergunta e respostas, bem como xerox de qualquer natureza.

FAÇA LETRA LEGÍVEL.

DURAÇÃO DA PROVA: CINCO HORAS

DIREITO ADMINISTRATIVO

1ª PARTE: PEÇA PROFISSIONAL

Jacobino Imaculado dos Santos é sindicalista militante em Belo Horizonte. Em virtude de seus excessos nos movimentos grevistas, chegou a ser preso algumas vezes e posto em liberdade, sem processo. Entretanto, foi alertado de que o seu nome está cadastrado na Agência Brasileira de Informação. Para ter certeza quanto à sua real situação perante àquela agência, o sindicalista recorreu aos seus trabalhos profissionais, posto que na sua tentativa na via administrativa não obteve êxito. Redija a ação adequada para obter as informações desejadas.

DIREITO ADMINISTRATIVO

2ª PARTE: QUESTÕES PRÁTICAS

Questão 01

João Paulo da Fonseca teve o seu veículo danificado em virtude de uma colisão provocada por outro veículo que trafegava na contramão. Ante a impossibilidade de conseguir composição amigável intentou, no foro competente, ação de indenização contra o proprietário do veículo causador do dano. Durante a fase instrutória e probatória, a ação teve andamento normal. Entretanto, posteriormente à audiência de instrução e julgamento, os autos ficaram, sem qualquer justificativa, conclusos pelo prazo de seis anos, até o dia em que o juiz proferiu sentença acolhendo integralmente a pretensão do autor. Este, indignado com a demora imotivada, deseja acionar o Estado por danos materiais e morais.

Nesse caso, o Estado poderá responder civilmente? Ou a responsabilidade é do juiz? Ou ambos são irresponsáveis?

Questão 02

O prefeito do Município de Abóboras, que não tem procurador em seus quadros, está muito preocupado, já que vem praticando diversos atos sem qualquer orientação jurídica. Como se não bastasse este problema, o Estado entrou com ação de prestação de contas contra o Município em virtude da não utilização correta de verbas repassadas por convênio,

ação complexa e de grande repercussão para a municipalidade. O prefeito pretende contratar, sem licitação, advogado de sua confiança, de renome, autor de vários livros e professor universitário. Tem todavia, a seguinte dúvida: pode contratar o profissional para assessorá-lo nas atribuições do dia-a-dia ou deverá restringir a contratação à defesa do Município na referida ação judicial? Responda fundamentadamente.

BOA PROVA!

**EXAME DE ORDEM
AGOSTO / 2003
2ª ETAPA
ÁREA: DIREITO TRIBUTÁRIO**

SÓ ABRA QUANDO AUTORIZADO.

1 - Este caderno contém a **Prova Prático - Profissional**, composta de duas partes:

1ª Parte: Redação de peça profissional.

Valor: **5,0 (cinco) pontos**

2ª Parte: Resposta a 02 (duas) questões práticas.

Valores: Questão 01: **2,5 (dois e meio) pontos.**

Questão 02: **2,5 (dois e meio)**

pontos.

2 - Leia cuidadosamente cada questão proposta e faça o que lhe é solicitado, **A TINTA - azul ou preta** - nas folhas pautadas anexas.

3 - **NÃO SE IDENTIFIQUE - COM O NOME OU NÚMERO DA OAB - EM NENHUMA DAS PÁGINAS DESTES CADERNO NEM DAS FOLHAS PAUTADAS PARA RESPOSTA.**

A prova que apresentar **qualquer sinal** ou contiver **expressão** que possibilite a **identificação** do candidato **será anulada** e a ela será atribuída a nota **0 (zero).**

4 - Será permitida a consulta a legislação, livros de doutrinas e repertório de jurisprudência, vedada, porém, a utilização de obras que contenham formulários e modelos de peças profissionais, caderno de notas e apostilas, livros de pergunta e respostas, bem como xerox de qualquer natureza.

FAÇA LETRA LEGÍVEL.

DURAÇÃO DA PROVA: CINCO HORAS

DIREITO TRIBUTÁRIO

1ª PARTE: PEÇA PROFISSIONAL

A matriz do *Armazém Baratol*, sediada em Belo Horizonte, remeteu para a sua filial de Juiz de Fora 100 caixas de óleo de soja, para atender à demanda local. Acobertou a operação com notas fiscais de simples remessa, mas não destacou ou recolheu qualquer valor a título de ICMS.

Por isso, foi autuada pelo Fisco estadual, com base no art. 12, I, da Lei Complementar nº 87/96, segundo o qual “considera-se ocorrido o fato gerador do imposto no momento da saída da mercadoria do estabelecimento do contribuinte, ainda que para outro estabelecimento do mesmo titular”.

A autuação foi mantida em decisão final do Conselho de Contribuintes estadual, e a dívida foi objeto de execução fiscal.

O juízo encontra-se garantido por penhora regular e suficiente, e hoje é o último dia do prazo para a oposição dos embargos à execução.

Elabore a inicial da referida ação.

DIREITO TRIBUTÁRIO

2ª PARTE: QUESTÕES PRÁTICAS

Questão 01

Você é procurado, em 2003, por um cliente, que narra as seguintes situações:

- (a) Que em 15.02.1995 pagou ao Município de Belo Horizonte IPTU em duplicidade sobre um mesmo imóvel;
- (b) Que no mesmo dia, por erro de cálculo, pagou a maior R\$ 3.000.00 a título de contribuição sobre a folha de salários, cujo fato gerador ocorreu em 31/01/1995, não tendo sido desde então objeto de qualquer fiscalização pelo INSS.

Com base na doutrina e na jurisprudência do STJ, como você o orientaria quanto à prescrição das ações judiciais que ele pretende propor para a recuperação dos valores indevidamente recolhidos? Justifique a resposta.

Questão 02

A empresa escriturou regularmente todas as suas dívidas de IRPJ, mas, por dificuldades de caixa, não procedeu ao respectivo pagamento. Em consequência disso, um ano depois os seus sócios-diretores são autuados pelo Fisco federal, na qualidade de coobrigados pela dívida.

Pergunta-se: a imputação contra os diretores da empresa inadimplente procede? Justifique a resposta.

BOA PROVA!

**EXAME DE ORDEM
AGOSTO / 2003
2ª ETAPA
ÁREA: DIREITO COMERCIAL**

SÓ ABRA QUANDO AUTORIZADO.

1 - Este caderno contém a **Prova Prático - Profissional**, composta de duas partes:

1ª Parte: Redação de peça profissional.

Valor: **5,0 (cinco) pontos**

2ª Parte: Resposta a 05 (cinco) questões práticas.

Valores: Questão 01: **1,0 (um) ponto.**

Questão 02: **1,0 (um) ponto.**

Questão 03: **1,0 (um) ponto.**

Questão 04: **1,0 (um) ponto.**

Questão 05: **1,0 (um) ponto.**

2 - Leia cuidadosamente cada questão proposta e faça o que lhe é solicitado, **A TINTA - azul ou preta** - nas folhas pautadas anexas.

3 - **NÃO SE IDENTIFIQUE - COM O NOME OU NÚMERO DA OAB - EM NENHUMA DAS PÁGINAS DESTE CADERNO NEM DAS FOLHAS PAUTADAS PARA RESPOSTA.**

A prova que apresentar **qualquer sinal** ou contiver **expressão** que possibilite a **identificação** do candidato **será anulada** e a ela será atribuída a nota **0 (zero)**.

4 - Será permitida a consulta a legislação, livros de doutrinas e repertório de jurisprudência, vedada, porém, a utilização de obras que contenham formulários e modelos de peças profissionais, caderno de notas e apostilas, livros de pergunta e respostas, bem como xerox de qualquer natureza.

FAÇA LETRA LEGÍVEL.

DURAÇÃO DA PROVA: CINCO HORAS

DIREITO COMERCIAL

1ª PARTE: PEÇA PROFISSIONAL

A, casada, recebeu em doação, de sua prima B, um apartamento situado nesta Cidade, com cláusulas de incomunicabilidade e inalienabilidade.

Em 30/08/2003 foi decretada, pelo MM Juiz de Direito da

Primeira Vara de Falências e Concordatas desta Cidade, a falência de seu marido, empresário individual.

O Síndico da massa falida procedeu a arrecadação de referido imóvel como se o mesmo integrasse a massa falida.

Como advogado(a) contratado(a) por A, elabore a petição inicial da ação a ser ajuizada para a defesa dos direitos de sua Cliente.

DIREITO COMERCIAL

2ª PARTE: QUESTÕES PRÁTICAS

Questão 01

Onde deverão ser arquivados e averbados os pactos e declarações antenupciais do empresário e o título de bens clausulados de incomunicabilidade e inalienabilidade? Justificar.

Questão 02

Os bens particulares dos sócios de sociedade em nome coletivo e em comandita simples

podem ser executados por dívida da sociedade? Justificar.

Questão 03

A realização do ativo no processo falimentar pode ser objeto de deliberação dos credores?
Justificar.

Questão 04

Quais são os intervenientes na relação cambiária envolvendo o cheque, a nota promissória, a letra de câmbio e a duplicata?

Questão 05

Em quais casos ocorre a cessação da liquidação extrajudicial de instituições financeiras?

BOA PROVA!